

SÃO MIGUEL DE BARREIROS, UMA COMUNIDADE ENTRE O CAMPO E A CIDADE. 1700-1925. (ESTUDO DEMOGRÁFICO)

Rui Leandro Maia

Resumo

Dando ênfase às questões relacionadas com a mobilidade geográfica, o artigo aborda alguns aspectos relativos aos comportamentos demográficos na comunidade fronteiriça à segunda maior cidade do país, a cidade do Porto. Em Demografia e, particularmente, em Demografia Histórica, a medição da mobilidade geográfica, sobretudo a interna, nem sempre é fácil. Procura-se aqui chamar a atenção para formas possíveis de efectuar, ainda que por aproximação grosseira, a medição do fenómeno, tanto a partir das famílias reconstituídas, como também, no caso da emigração, pelo cruzamento de fontes nominativas (as dos registos paroquiais com as dos registos dos passaportes). Procura-se ainda chamar a atenção para, no estudo de comunidades próximas dos grandes centros urbanos, dada a significativa entrada e saída de pessoas em toda a observação, haver a necessidade de alargar as observações a espaços mais amplos que o da paróquia isolada. Só dessa forma será possível compreender verdadeiramente a interacção entre as diferentes variáveis micro-demográficas e suas cambiantes ao longo do tempo.

Abstracts

Giving emphasis to the questions concerned with the geographical mobility, the article approaches some aspects related to the demographic behaviours in the frontier community, the second biggest city of the country, the city of Oporto. In Demography and, particularly, in Historical Demography, the measuring of the geographical mobility, especially the internal, is not always easy. We try here to

call the attention to the possible forms of measuring the phenomenon, although by coarse approach, as much as the reconstituted families, as also, in the case of emigration, by the crossing of nominative sources (the ones from the parochial registers with the ones from the passport registers). We also want to call attention for the need of spreading to wider spaces than the one from the isolated parish, in the communities next to urban centres studies, due to the significant entry and exit of people in the whole observation. Only by that way it may be possible to truly understand the interaction among the different microdemographic variables and its changes in the long time.

Résumé

En mettant en relief les questions concernant la mobilité géographique, l'article aborde quelques aspects relatifs aux comportements démographiques dans la communauté limitrophe à la deuxième plus grande ville du pays, celle de Porto. En démographie et, particulièrement, en démographie historique, mesurer la mobilité géographique, surtout au niveau interne, n'est pas toujours facile. On tâche ici d'attirer l'attention sur diverses possibilités de mesurer ce phénomène, bien que d'une manière très approximative, pas seulement à partir des familles reconstitués, mais aussi, dans le cas de l'émigration, à travers le croisement de sources nominatives (celles des registres paroissiaux avec les registres de passeports). On attire aussi l'attention sur le fait que, dans les études réalisées auprès des communautés proches aux grands centres urbains, à cause de la significative mobilité des personnes pendant toute l'observation, il faut élargir les observations à des espaces plus vastes que celui de la paroisse isolée. Ce sera la seule façon de comprendre véritablement l'interaction entre les différentes variables microdémographiques et ses nuances dans le temps.

1. Introdução

A análise demográfica nos espaços urbanos encontra algumas objecções por parte dos investigadores dadas as dificuldades de levantamento exaustivo da enorme massa documental e, aspecto não menos importante, pela grande mobilidade geográfica dos indivíduos que se inscrevem no espaço em observação mas que, frequentemente, dele se ausentam, obstando a reconstituição de um número aceitável de famílias que permita uma análise aprofunda-

da das diferentes variáveis microdemográficas. Impõe-se, assim, que estes estudos sejam alargados à cidade e zonas envolventes, porque é evidente a interacção destes espaços, interacção cujas repercussões são claras no plano estritamente demográfico.

O texto síntese que se apresenta pretende chamar a atenção para esta necessidade de efectuar, nos estudos de Demografia Histórica, análises de âmbito geográfico mais alargado quando estamos a observar comunidades urbanas ou, como é o caso, semi-urbanas. Efectivamente, São Miguel de Barreiros é uma paróquia que consideramos semi-urbana, tanto pela relação próxima que mantêm com a cidade nos domínios económico e social, como pelas manifestações demográficas observadas em longa duração, conforme tentaremos de forma sumária expor.¹

Dista cerca de 8 Km da cidade do Porto. O seu topónimo de raiz foi, desde 1950, substituído pelo de Maia, sendo, desde o início do século XX, sede do concelho com o mesmo nome.

A observação dos registos paroquiais de baptizados, casamentos e óbitos estendeu-se, ininterruptamente, de 1700 a 1925 e o seu tratamento metodológico fez-se de acordo com a Metodologia de Reconstituição de Paróquias, dadas as evidentes vantagens de alargamento do campo de observação para além de análise estritamente demográfica e, também, pela evidente economia de tempo no processo de levantamento da informação.²

2. A importância da mobilidade geográfica

O estudo da mobilidade em São Miguel de Barreiros está comprometido pela inexistência e/ou impossibilidade de acesso aos róis de confessados, fonte que poderia ser cruzada com a base de dados criada a partir da Metodologia de Reconstituição de Paróquias, permitin-

1 Para uma visão mais aprofundada sobre os comportamentos demográficos neste espaço, bem como de todos os aspectos aludidos mas não mencionados em pormenor, deve ler-se Maia (1996).

2 A Metodologia de Reconstituição de Paróquias, aplicada há mais de vinte anos, para além de estar mais adaptada às características da documentação portuguesa (registos paroquiais), tem preocupação de deixar em aberto a possibilidade de cruzamento de informação nominativa com vista à reconstituição dos espaços geográficos nas dimensões social, económica, cultural e institucional. Para uma melhor compreensão dos seus passos e objectivos deve ler-se Amorim (1991b).

do assim aduzir da importância demográfica dos movimentos migratórios. Porém, a limitação exposta não impede que, através da observação das famílias e indivíduos disponíveis, possamos, ainda que indirectamente e em análise grosseira, fazer alguma luz sobre o assunto.

Entre 1700 e 1800, o crescimento da população portuguesa foi global, mas sobretudo intenso nas cidades de Lisboa e Porto, nesta última particularmente com um aumento de 148% (cf. Serrão, 1993a: 62). A este impulso demográfico está, por certo, ligado o crescimento das zonas periféricas como São Miguel de Barreiros, que no mesmo período também vê a sua população crescer, sobretudo à custa dos não naturais que aqui fixam residência ou dão entrada pelo casamento.

QUADRO 1
Naturalidade dos nubentes (%)

Sexo masculino				
<i>Períodos</i>	<i>Naturais</i>	<i>De fora todos</i>	<i>Paróquias Contíguas</i>	<i>Outras Áreas</i>
1703-724	40	60	15	45
1725-749	45	55	9	46
1750-774	42	58	8	50
1775-799	39	61	15	46
1800-824	53	47	6	41
1825-849	45	55	17	38
1850-874	27	73	20	53
1875-899	41	59	19	40
1900-925	30	70	26	44
Sexo feminino				
<i>Períodos</i>	<i>Naturais</i>	<i>De fora todos</i>	<i>Paróquias Contíguas</i>	<i>Outras Áreas</i>
1703-724	53	47	2	45
1725-749	62	38	6	32
1750-774	58	42	2	40
1775-799	81	19	2	17
1800-824	82	18	1	17
1825-849	70	30	9	21
1850-874	69	31	8	23
1875-899	68	32	9	23
1900-925	70	30	7	23

O epicentro portuense transformou assim esta pequena comunidade, que lhe está muito próxima, num menor epicentro das zonas circunvizinhas.³

Relativamente ao quadro exposto, desde logo uma primeira constatação: o número de homens que casam na paróquia vindos de fora é substancialmente superior ao número de mulheres na mesma situação: à excepção dos 47% do período de 1820-1824, estão sempre acima dos 50%, com especial realce para os períodos de 1850-1874 (73%) e de 1900-1925 (70%). No entanto, o número de mulheres vindas de fora e que aqui casam é também significativo, com um mínimo de 18% ,entre 1800-1824, e um máximo de 47%, entre 1703-1724. Por consequência, predomina a exogamia e, como se verifica para ambos os sexos - com ligeiras «nuances» - esta abertura da paróquia ao exterior é homogénea ao longo da observação, tal como também constante e homogéneo foi o movimento migratório do interior para o litoral no mesmo período de tempo (cf. Serrão, 1993a: 64). De referir também que, da paróquia e genericamente de todo o concelho, se saía para casar ou simplesmente se migrava em definitivo por razões de sobrevivência, sobretudo os homens.⁴

Deve ainda notar-se, de acordo com as percentagens do mesmo quadro, que naturalmente a grande proveniência masculina e feminina se fez através de paróquias não contíguas do concelho e de fora.

3 Entre 1706 e 1798, também a paróquia viu a sua população aumentar em 38,9%, característica, aliás, comum a outras comunidades circunvizinhas do Porto. Os valores encontrados no cálculo de crescimento em percentagens resultaram da multiplicação do número de fogos por 3,5, de acordo com a descrição de Costa (1868: 322), para 1706 e com o Censo de Pina Manique, para 1798, que respectivamente nos apresentam 80 e 111 fogos. Note-se ainda que este crescimento demográfico se acentuou sobremaneira ao longo dos séculos XIX e XX, pese embora a forte emigração existente. Tomando em consideração a população residente expressa nos censos, entre 1864 e 1920 houve na acréscimo demográfico de 74,8%. Veja-se a propósito os estudos de Descamps (1935: 96) e de Silva (1983: 68).

4 Pereira e Alves, em estudo sobre a nupcialidade nas Terras da Maia (que não inclui a paróquia de S. Miguel de Barreiros) a este respeito escrevem: «A mobilidade geográfica apresenta-se como um dos fenómenos mais marcantes da região. Em 1794, a relação de masculinidade de 88,9%, em termos globais, evidencia bem a importância da emigração masculina, apesar das grandes variações micro-regionais» (1990: 35).

Numa outra aproximação ao problema da mobilidade pela base de dados constituída, usando as famílias que se mantêm estáveis na paróquia, dado que as acompanhamos da constituição pelo casamento ao término pelo óbito do primeiro cônjuge, podemos observar as variações que as mesmas apresentam em função de determinada repartição temporal e, desse modo, constatar da maior ou menor tendência à permanência dos casais relativamente a cada um dos períodos em análise.

Da mesma forma, pelas famílias que se apresentam instáveis por apenas conhecermos as datas de casamento e dos nascimentos dos filhos (quando existem) mas não sabermos o fim de observação, com igual periodização é viável determinar uma evolução diferenciada do peso relativo das mesmas famílias e dos tempos médios de permanência em cada momento estudado.⁵

QUADRO 2

Famílias estáveis e instáveis, por períodos de constituição (%)

	<i>Total de famílias</i>	<i>% de famílias estáveis</i>	<i>% de famílias instáveis</i>
1750-1799	118	42,4	12,7
1800-1849	173	48,0	8,7
1850-1879	205	35,6	20,0

Uma vez que a reconstituição da paróquia se iniciou no princípio do século XVIII, apenas começamos a periodização em 1750 como forma segura de podermos ter presentes todas as famílias estáveis. Assim também, em virtude da observação terminar em 1925, excluimos todas as famílias constituídas após 1880 - estabelecendo um tempo alargado de conjugalidade, 45 anos - evitando, desse modo, a inclusão na análise dos casais que estejam fora da condição de migrantes.

Os dois primeiros períodos não apresentam diferenças muito acentuadas, pese embora a maior expressão que adquirem as famí-

5 As famílias instáveis que serviram de base a estes quadro viveram efectivamente na paróquia, na medida em que aqui tiveram filhos a seguir ao casamento e, portanto, não se trata de famílias que conhecemos apenas pela constituição do casamento.

lias estáveis entre 1800 e 1849, assim como a existência de um menor peso percentual das famílias instáveis. Talvez este facto tenha que ver com o progressivo desenvolvimento económico operado na comunidade, permitindo assim a fixação permanente de um maior número de famílias.

As alterações mais significativas no valor relativo das famílias representadas são efectivamente visíveis no último período. O número de famílias estáveis decresce acentuadamente de 48,0%, no segundo período, para 35,6% agora; por outro lado, aumenta, em proporção quase paralela, o número de famílias instáveis. Parece claro que existe uma relação directa entre o comportamento destas famílias, a tender para uma maior instabilidade, e o aumento da emigração a partir de meados do século XIX.

Determinámos ainda, nos períodos atrás considerados, o tempo médio de permanência na paróquia das famílias instáveis. Assim, os valores foram de 9,5 anos no primeiro período, 10,4 no segundo e 8,0 no último. Apesar dos poucos resultados, ficamos com a ideia de que existe uma percentagem significativa de casais para os quais a estadia na paróquia é transitória, rumo à cidade ou com o objectivo da emigração, e de que o tempo de permanência varia em relação directa com este último fenómeno, isto é, quando a emigração aumenta o tempo de permanência na paróquia diminui, com se verifica no último período apresentado.

O movimento progressivo das populações interiorizadas rumo ao núcleo e periferia urbano deu a este espaço um acréscimo significativo de habitantes ao longo de toda a observação, com particular destaque a partir da segunda metade de oitocentos: aqui se fixam migrantes, ainda que em grande parte a título temporário, no desempenho de actividades maioritariamente não agrícolas, que em breve criam condições para emigrarem pela barra do Douro, provavelmente o grande propósito da maioria.

A atracção exercida no passado pelo Norte Litoral relativamente ao Norte Interior, e de que no plano micro nos vamos apercebendo, ainda que por vezes desfocadamente, pela impossibilidade de uma constatação absoluta do fenómeno, continua aliás bem presente na contemporaneidade: em estudo sobre as migrações internas entre 1890 e 1940, Girão (1948: 12-15) assinala como centro de especial confluência da mobilidade interdistrital a zona do Douro Litoral, como consequência da expansão industrial e urbana à volta do Porto.

Relativamente ao concelho da Maia, em que São Miguel de Barreiros se integra, descreve um acréscimo de 75% de população para o mesmo período, sendo que nessa quota os não naturais representam mais de 15%.⁶

Por certo que também as migrações diárias do local de residência para o local de trabalho e vice-versa estão presentes desde longa data pela proximidade à cidade, tal é o número de activos ligados aos sectores secundário e terciário que aí ocorrem diariamente (cf. Descamps, 1935: 99).

Uma outra forma possível de abordagem das migrações, nomeadamente da emigração, é pela determinação das relações de masculinidade a partir dos quantitativos de residentes por sexos existentes para diferentes períodos. A análise indirecta que esta via permite mais não traz do que simples aproximações ao problema. Assim, tomando como correctos os valores do engenheiro Vilas-Boas para os finais do século XVIII (1794), a paróquia de São Miguel de Barreiros era constituída por 123 homens acima de 14 anos e 64 com idades inferiores; e por 144 mulheres com mais de 14 anos e 54 com menos (cf. Cruz, 1970: 23). Tais números dão-nos uma relação de masculinidade de 94,4. No pressuposto de que a mobilidade se manifesta fundamentalmente por motivos de ordem profissional e que, portanto, a maior parte dos que saíam teriam mais de catorze anos, omitindo os que se encontram abaixo dessas idades, a mesma relação de masculinidade é de 85,4. Este *ratio* manifesta um evidente desequilíbrio entre os sexos, certamente provocado pela migração masculina.⁷

Desde 1864, os censos nacionais permitem a análise das relações de masculinidade segundo o estado civil da população residente, capaz de nos fornecer, ainda que indirectamente, informação

6 De acordo com os censos da população portuguesa, no mesmo período, São Miguel de Barreiros viu a sua densidade populacional passar de cerca de 32 para 59 habitantes.

7 Em estudo demográfico sobre a antiga Terra da Maia no Antigo Regime (o qual não inclui a paróquia de São Miguel de Barreiros) Gaspar e Alves, a este respeito, concluem: «A mobilidade geográfica apresenta-se como um dos fenómenos mais marcantes da região. Em 1794, a relação de masculinidade de 88,9%, em termos globais, evidencia bem a importância da emigração masculina, apesar das grandes variações micro-regionais.» (1990: 35)

valiosa e mais detalhada sobre o impacte da migração na população local.

QUADRO 3

Relações de masculinidade da população de São Miguel de Barreiros por estado civil. 1864-1930 (homens/100 mulheres)

Ano	Solteira	Casada	Viúva
1864	110,2	87,9	41,0
1878	106,4	84,1	22,4
1890	102,2	89,5	20,4
1900	100,3	76,4	20,0
1911	114,5	77,9	13,2
1920	103,1	81,6	41,1
1930	113,1	96,0	17,5

Observando o quadro anterior, não parece haver, em todos os períodos, quaisquer desequilíbrios entre sexos para os que estão na condição de solteiros, indicador de fraca ou nenhuma relevância da emigração masculina. Os seus efeitos fazem-se sobretudo sentir para os que estão na condição de casados, em que é claro o défice masculino, e com particular ênfase nos períodos de 1900 e 1911.

Para a população viúva, este défice acentua-se sobremaneira, facto que estará sobretudo relacionado com a maior expressão que a mortalidade adulta apresenta para os homens. No entanto, é natural que aqui também se faça sentir fortemente a influência da emigração masculina. O Inquérito Parlamentar de 1873 sobre a emigração refere que 20% dos homens que emigravam para o Brasil aí faleciam por doença (cf. Martins, 1956: 244-246).

3. Duas décadas de emigração legal em cruzamento com a paróquia reconstituída

Através dos registos sistemáticos de passaportes entre 1860 e 1879, estudámos a emigração legal para os naturais de São Miguel de Barreiros, conforme a natureza da fonte permitiu. Assim, os números que se seguem resultaram de uma «contabilidade» pormenorizada dos casos existentes em cruzamento, quando possível, com a base de dados proveniente da reconstituição da paróquia.

Os vinte anos em análise inscrevem-se num período mais alongado, entre meados do século XIX e 1930, de emigração quase que exclusivamente destinada ao Brasil e também massificadamente de feição masculina. Parece ter existido uma política deliberado do Estado no sentido de obstar a saída das mulheres por motivos de conveniência económica e financeira, como refere Pereira:

Era a dispersão familiar que constituía a garantia de envio de remessas de dinheiro dos emigrantes para as famílias, residentes em Portugal, remessas que se haviam transformado num dos alicerces da política económica e financeira portuguesa. (1981: 56)

Relativamente ao espaço em estudo, essa intenção expressa parece constatar-se, dada a exiguidade dos números da emigração feminina: ao longo de toda a observação apenas emigraram nove mulheres, sete das quais casadas, uma viúva e uma solteira. Pela razão apontada, os quadros analíticos que se seguem não incluem as poucas mulheres que deixaram o país.

Numa divisão por distritos do continente, entre 1866 e 1960, Evangelista (1971: 102-103) refere que o Porto, Aveiro e Viseu representam mais de 10% de toda a emigração e que, os mesmos distritos, conjuntamente com os de Braga, Bragança, Coimbra e Vila Real fornecem aproximadamente 86% do total de emigrantes. Apesar da expressão do fenómeno, nos três primeiros distritos o crescimento efectivo foi superior ao número de emigrantes.

Descendo ao nível da paróquia, o número de homens e mulheres que partiram por via legal não obistou ao crescimento efectivo da sua população: entre 1860-1869 houve 314 nascimentos, 196 mortes e 22 saídas para o exterior do país. Os óbitos e os emigrantes somam 219 indivíduos, o que dá, relativamente ao número de nascimentos, um saldo efectivo de 95 indivíduos; para a década seguinte, o crescimento efectivo diminui: nasceram 353 crianças, houve 156 óbitos e, no conjunto, emigraram 144 homens e mulheres (estas últimas apenas em número de 8). As mortes e os emigrantes representam 300 indivíduos que, relacionados com os nascimentos da década, dão um saldo efectivo de 53 pessoas.

O acréscimo de emigrantes no segundo período é bastante expressivo, situação paralela ao todo nacional. Factores vários

terão contribuído, de acordo com Pereira (1981: 50) e Evangelista (1971: 151), para este súbito aumento: o fim da guerra do Paraguai; a proibição em definitivo do tráfico negreiro estimulando os países dele dependentes a incrementarem políticas imigratórias; o aumento demográfico a que, globalmente, o reino vinha assistindo desde meados do século; a filoxera, responsável pela destruição dos vinhedos do Norte; a diminuição das exportações de produtos alimentícios para o Brasil e de gado para Inglaterra.

3.1. Estado civil dos emigrantes

O estudo da distribuição dos emigrantes pelo estado civil permite fazer algumas inferências acerca das condições de saída. Os solteiros emigravam com objectivos e em diferentes condições dos casados, nomeadamente quanto ao grau de risco/responsabilidade com que o faziam, assim como relativamente à perspectiva de retorno que era, como os números indicam, muito menor para os primeiros.

QUADRO 4
Estado civil dos emigrantes (%)

	<i>Solteiros</i>	<i>Casados</i>	<i>Viúvos</i>
1860-1869	50,0 (11)	45,5 (10)	4,5 (1)
1870-1879	40,4 (55)	58,8 (80)	0,8 (1)
1860-1879	41,8 (66)	57,0 (90)	1,2 (2)

Para o Sul do Pico e nas mesmas décadas, Amorim (1992: 198) apresenta também as percentagens dos que emigram com passaporte para o Brasil. Aí predominam os solteiros, respectivamente com 87% na década de 1860 e 77% na década de 1870; em São Miguel de Barreiros, a relação solteiros/casados está mais equilibrada, com predomínio para os segundos no último período.

Os números do quadro expressam a tendência do distrito para os mesmos períodos, que é de equilíbrio dos quantitativos que emigram relativamente às condições de solteiros ou casados (cf. Alves, 1994: 184-186). Contudo, na década de setenta, a percentagem de emigrantes casados aumenta significativamente.

3.2. Idade média dos emigrantes

Apesar do reduzido número de casos entre 1860-1869, parece não haver grandes diferenças da idade média com que os homens emigraram entre os dois períodos. Aliás, as mesmas idades médias encontram paridade com os valores encontrados em idênticos períodos para o distrito (cf. Alves, 1994: 188-196).

QUADRO 5
Idade média dos emigrantes (%)

1860-69	29,7
1870-79	29,0

3.2.1. Idade média dos emigrantes segundo o estado civil

Neste estudo não consideramos os viúvos, uma vez que apenas emigraram dois homens nestas condições: entre 1860-69, um com 44 anos; e entre 1870-79, outro com 37.

QUADRO 6
Idade média dos emigrantes segundo o estado civil (%)

	<i>solteiros</i>	<i>casados</i>
1860-69	27,1	30,9
1870-79	22,5	33,2

Evangelista (1971: 126), para o Noroeste português, estabelece uma relação causal entre a emigração e a excessiva repartição da propriedade agrícola. Segundo ele o excesso de população para o trabalho da terra levava a que a mesma fosse apenas trabalhada, no quadro familiar, pelos chefes de família e suas filhas, sendo os filhos compelidos a emigrar. Relativamente à paróquia em estudo, esta explicação não nos parece de todo aplicável, nomeadamente porque: a percentagem de emigrantes casados é, globalmente, superior à de solteiros; como anteriormente se fez referência, o peso do sector agrícola na paróquia desde a data em que nos aparecem registos sistemáticos das profissões (1840) não é predominante, antes pelo contrário; as idades médias aqui apresentados indicam claramente a existência de uma emigração adulta.

As ligeiras alterações registadas entre um período e outro encontram explicação plausível no aumento da emigração a partir de 1870, provocando uma saída mais precoce dos solteiros e, em simultâneo, um alongamento das idades dos que partiam em situação de casados.

3.2.2. Distribuição dos emigrantes por grupos etários

A distribuição dos emigrantes por grupos etários vem confirmar o que anteriormente dissemos: a predominância da emigração adulta em detrimento da juvenil.

QUADRO 7

Distribuição dos emigrantes por grupos etários. 1860-1879 (%)

< de 15	15 - 24	> de 24
9,7	28,4	61,9

De facto, há uma grande concentração percentual de homens que emigram com mais de 24 anos. Atendendo às fontes que estão na base deste estudo (registos de passaporte, portanto relativos à emigração legal), os valores encontrados não são estranhos.

Contudo, se levarmos em consideração as estimativas da emigração clandestina, que rondariam os 20% (cf. Pereira, 1981: 22)⁸ e os motivos que estão na sua base, nomeadamente o desejo dos jovens se eximirem ao cumprimento do serviço militar, temos que convir que a tendência seria para um maior equilíbrio entre os grupos etários.

⁸ A determinação do peso percentual dos que emigravam na condição de clandestinos não é uma questão pacífica. Baganha (1991: 734), em estudo com base nos quantitativos de entradas de portugueses nos E.U.A., em consonância com Oliveira Martins, aponta uma percentagem de clandestinos variando entre os 13 e os 15%, concluindo que os valores daqueles que partiam para o Brasil na mesma condição deveriam ser coincidentes, dado que são as condições internas do país que conduzem as pessoas a emigrarem. No entanto, sem que existam quaisquer indicações em contrário, esta questão requer aprofundamento, nomeadamente se pensarmos que a emigração para o Brasil estaria talvez mais facilitada dada a existência de uma maior rede de contactos e, portanto, de apoios aos que resolviam partir, pelas mais diversas razões.

Comparemos, no mesmo período, a emigração legal num espaço geográfico e económico bem distinto: o Sul do Pico. Aí, as percentagens de emigrantes com menos de 15 anos são muito superiores: para a década de sessenta do século XIX, 43% dos homens que emigraram estavam nessa condição. Na década seguinte, o peso percentual do mesmo grupo etário desce ligeiramente, para 35 % (cf. Amorim, 1992: 185).

3.3. *Emigração por sectores de actividade económica*

Neste estudo, procedeu-se à categorização das profissões por sectores de actividade económica, conforme o quadro abaixo expressa. Considerámos, para o sector primário, os activos da agricultura (lavradores e jornaleiros), para o secundário toda a actividade de transformação (pedreiros, carpinteiros, trolhas, pregoeiros, ferreiros e canteiros), e no terciário foram contabilizados os negociantes. Contudo, do universo das saídas observadas, uma boa percentagem, cerca de metade, omite a ocupação. Parcialmente resolvemos o problema através do cruzamento nominativo desses casos com os dados provenientes da reconstituição da paróquia, pelo que apenas em 30% não foi possível determinar a ocupação profissional do emigrante.

QUADRO 8

Emigração por sectores de actividade económica (%)

	1860-1879
Sector Primário	7,8
Sector Secundário	83,4
Sector Terciário	8,8

A percentagem dos que emigram com ocupação à terra é a menor, estando a maioria concentrada no sector secundário de acordo com a predominância das actividades que o representam na paróquia. É que, como notámos em relação ao estudo da nupcialidade diferencial, mais de 71% dos que casaram a partir de 1840 eram filhos de activos na construção civil e de artífices. Ora, independentemente das motivações que levaram estes homens a emigrar - por necessidade ou por ambição - é natural que o fenómeno se

repercuta com maior evidência no sector ocupacional dominante. Se compararmos estas percentagens com as que foram encontradas para todo o distrito do Porto em idêntico período, constatamos que São Miguel de Barreiros apresenta um quadro emigratório diferenciado. De acordo com os dados de Alves (1994: 199), entre 1860 e 1864 o sector primário ronda os 35% do universo dos que emigram no distrito; e entre 1874 e 1879 o mesmo valor sobe para 40%. Por sua vez, a percentagem dos que emigram com ocupação ligada ao terciário apresenta valores sensivelmente menores aos do distrito que, para os períodos atrás mencionados, está acima dos 20%, enquanto que em São Miguel de Barreiros os mesmos não alcançam os 10%.

Para o todo nacional, os primeiros números sobre a ocupação dos emigrantes são do *Anuário Estatístico* de 1887 e 1888, que registam uma percentagem superior a 45% de agricultores relativamente aos restantes emigrantes com outras ocupações. O peso deste subsector continuará por muito tempo a ser predominante, apesar da tendência para a redução, representando ainda 34% no período que vai de 1912 a 1920 (cf. Evangelista, 1971: 130). Em São Miguel de Barreiros, não nos parece surpreendente que o número daqueles que emigravam com ocupações ligadas ao trabalho da terra apresente um menor peso relativo, pois que o escoamento da produção agrícola estava facilitado pela proximidade ao vasto mercado portuense. Aliás, a dificuldade de colocação no mercado dos produtos pela inexistência de estruturas de apoio estava, em parte, na base da emigração camponesa, como lembra Herculano:

As causas disto [da emigração para o Brasil] têm sido mil vezes ditas: as grandes povoações estão atulhadas, enquanto os campos estão desertos; e isto acontece porque a agricultura não oferece vantagens, não sendo possível transportar aos grandes mercados os produtos do solo. Se o Governo tratar de abrir comunicações para o interior do país, seja por estradas, seja por vias de canais, poderá usar de meios repressivos, ao menos indirectamente, para obviar à despovoação do reino. (1986: 67).

3.4. *Emigração e alfabetização*

Na presente análise, de acordo com as poucas possibilidades que a documentação faculta, consideramos não alfabetizados todos

os indivíduos cujo registo de passaporte declara «não sabe escrever» ou «não sabe assinar», e, muito embora possamos correr algum risco, consideramos alfabetizados todos os indivíduos para os quais as citadas declarações estão omissas.

Com uma taxa de analfabetismo de cerca de 40% entre 1860 e os inícios do século XX, o distrito do Porto está abaixo da média nacional para idêntico período.

QUADRO 9
Emigração e alfabetização (%)

	1860-69	1870-79
Alfabetizados	56,5	43,9
Não alfabetizados	43,5	56,1

Tal facto está relacionado com a existência de uma maior rede de escolas, quer régias quer particulares, relativamente às zonas mais no interior (cf. Alves, 1994: 211-219).

Acerca do aumento relativo das taxas de analfabetismo de uns períodos para outros, Alves refere:

O analfabetismo varia com a natureza de cada fluxo: sempre que a emigração cresce significativamente, isto é, quando se verifica uma maior intensidade na saída de emigrantes de origem rural, a taxa de analfabetismo cresce correlativamente; o mesmo se poderá dizer em relação ao aumento da emigração feminina (1994: 213).

Em face do nulo e diminuto peso percentual dos emigrantes ligados ao sector primário que aqui encontramos, esta asserção parece não fazer muito sentido. Lembre-se, porém, que o número dos que vêm de fora da paróquia e que aqui fixam residência, pelo casamento ou posteriormente, é bastante expressivo, como já foi realçado. Justamente, muitos desses indivíduos que aqui se empregam e aprendem um ofício são de origem rural e, portanto, migraram analfabetos e permaneceram nessa condição.

3.5. Destino dos emigrantes

Entre 1836 e 1878, Alves (1994: 177) apresenta em percentagens o destino daqueles que emigravam pelo distrito do Porto. Quase sempre mais de 90% dos que partiam e, por vezes, cerca de 99% tinham como destino o Brasil.

QUADRO 10
Destino dos emigrantes (%)

	Brasil	Outros
1860-79	98,7	1,3

Como o quadro demonstra, São Miguel de Barreiros espelha a situação descrita, com o Brasil a absorver perto de 99% dos homens que deixavam a paróquia. Os restantes três casos de emigração foram para África, Europa e Estados Unidos da América.

Dentro do Brasil, como destino, o Rio de Janeiro chamava a maior parte dos que partiam.

QUADRO 11
Destino dos emigrantes no Brasil (%)

	Rio de Janeiro	Outras regiões
1860-79	88,7	11,3

Em ordem de importância, mas em número muito reduzido seguem-se Pernambuco e Pará, Maranhão, Santos e Rio Grande do Sul e, finalmente, Paraíba e Baía. Esta distribuição é globalmente coincidente com os destinos da emigração brasileira para todo o distrito do Porto (cf. Alves, 1994: 243).

3.6. Retorno de emigração

No estudo do retorno de emigração, deve atender-se a que as percentagens apresentadas não são absolutas, dado que a observação termina em 1925, e depois dessa data é provável que mais alguns homens tenham regressado. Porém, estes valores não devem estar muito longe da realidade, dado que, por um lado, o grande

fluxo de regresso à pátria ocorreu no início da primeira guerra mundial, em virtude da rarefacção do trabalho, e as percentagens apresentadas não diferem muito do todo nacional que, em idêntico período, oscilou entre os 30 e os 40% (cf. Brettell, 1991: 101).

QUADRO 12
Retorno de emigração (%)

	<i>Solteiros</i>	<i>Casados</i>	<i>Total</i>
1860-79	24,1	42,4	33,9

Em 21 de Maio de 1849, casaram em São Miguel de Barreiros Albino António Ferreira e Ermelinda Moreira da Costa, respectivamente naturais de Barca e Nogueira, paróquias pertencentes ao concelho da Maia. Ele era pregoeiro de profissão e ela fiadeira ao domicílio.

No espaço de onze anos, tiveram cinco filhos. A 24 de Novembro de 1860, Albino emigrou pela primeira vez para o Brasil rumo ao Rio de Janeiro, com 33 anos. Dois anos depois, a 20 de Dezembro de 1862, com o mesmo destino, aparece de novo em registo de passaporte, nascendo-lhe um sexto filho meio ano depois. Em breve terá regressado, pois o último filho do casal nasceu a 23 de Agosto de 1865. As duas saídas que este homem regista foram por períodos muito curtos, à roda dos dois anos.

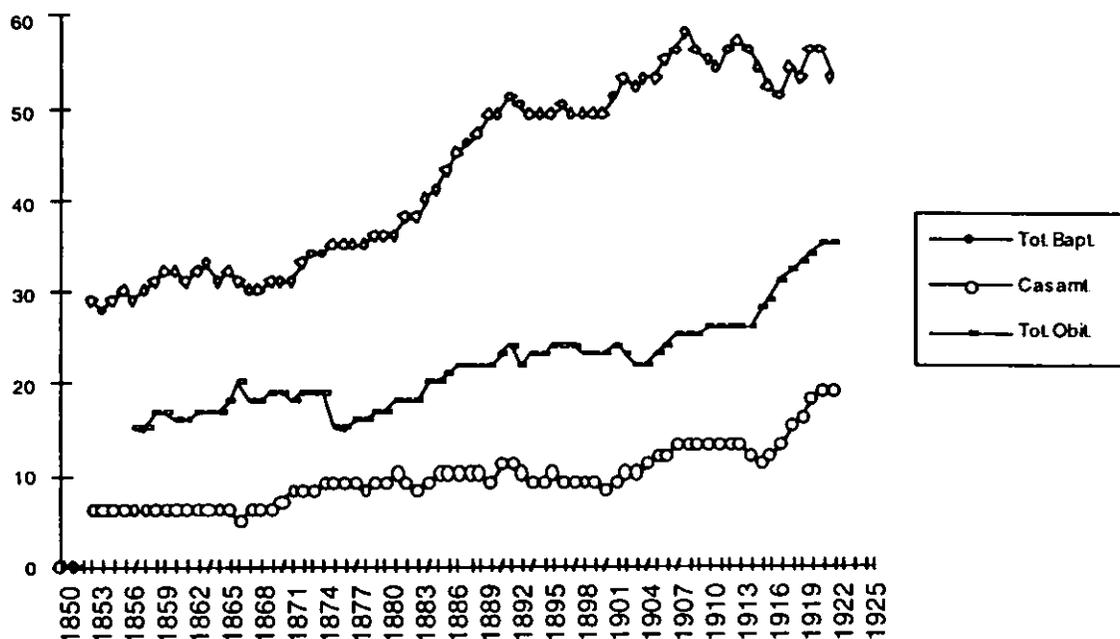
No sentido de percebermos o tempo médio de permanência no estrangeiro dos que saíam, cruzámos as datas de embarque com as datas de nascimento dos filhos que sucederam à emigração para os homens casados (subtraindo ainda nove meses à diferença entre os dois momentos), e as datas de embarque com as datas do posterior casamento para os que emigraram na condição de solteiros. Excluímos da observação todos os que sabemos terem retornado apenas pela existência das datas de óbito. Apesar do reduzido número de observações, o exemplo do casal anterior parece ser relativamente padronizado para os que emigraram na condição de casados: dos 23 casos observados, constatou-se que o tempo médio de permanência no Brasil foi de 2,5 anos. Para os 6 homens que partiam como solteiros e reapareceram na paróquia no acto do casamento, o período médio de permanência foi de 7,8 anos.

4. A mobilidade geográfica e os aspectos globais da demografia em São Miguel de Barreiros

Com o objectivo de compararmos os comportamentos dos nascimentos, casamentos e óbitos de 1850, quando com segurança iniciam os registos sistemáticos dos que morriam com menos de sete anos, ao final da observação elaborámos um gráfico representativo dos diferentes fenómenos, em médias móveis de nove anos.

GRÁFICO 1

Movimento geral da população. Médias móveis de 9 anos



É clara a tendência de acompanhamento dos fenómenos entre si, ou seja, há um crescimento continuado e homogêneo, sem grandes sobressaltos, para os nascimentos, casamentos e óbitos. O aumento dos nascimentos terá necessariamente relação com o acréscimo dos casamentos que o acompanham, assim como também relativamente aos óbitos que se avolumam no estender da observação. Mas, na verdade, não podemos aqui ajuizar da maior influência de um fenómeno relativamente ao(s) outro(s), isto é, não podemos falar aqui de efeito de uma variável independente sobre as outras que essa mesma modifica. Se, de facto, ela existe, não está aqui representada e revê-se, em nossa opinião, nas migrações

internas rumo ao litoral, que particularmente desde esta segunda metade do século XIX fizeram crescer sobremaneira a população, como aludimos.

O gráfico deixa perceber com maior nitidez que, no decorrer da observação, se vão alargando as distâncias entre os nascimentos e os óbitos, mau grado o abrandamento desse distanciamento em final de observação certamente, apesar de suposta influência de outros factores, como o efeito da emigração, que não temos condição de quantificar, em virtude da mortandade provocada pela gripe pneumónica de 1918.

5. Conclusões

Estão ainda por realizar em Portugal estudos significativos de micro-análise demográfica de larga duração em comunidades urbanas e semi-urbanas, que permitam uma percepção em pormenor das alterações ocorridas nas variáveis macro-demográficas (estado da população) e, conseqüentemente, do efeito dessas alterações nas variáveis microdemográficas (natalidade, mortalidade, migrações) e vice-versa.⁹ Só verificando os processos de interacção espacial, como resultado de motivações sócio-económicas, se pode compreender o porquê das flutuações sofridas por uma população no decorrer do tempo. Particularmente no caso português, em que é conhecida a estrutural tendência à fixação das populações do interior no litoral, tornar-se-á possível constatar de que forma o estado da população em cada momento percebido resultou da maior ou menor acção das migrações, da natalidade ou da mortalidade e, mais do que isso, perceber melhor a relação entre a localização espacial e as estruturas económicas e sociais existentes.

Trabalho árduo, complexo e moroso, que implica o levantamento de todo um espaço citadino e área envolvente para que seja viável a visão de síntese, o modelo(s) explicativo(s).

No espaço estudado, e que aqui apresentamos em linhas gerais, ressalta uma ideia muito clara: em toda a observação (entre 1700 e

9 Para a cidade do Porto, entre 1700 e 1820, Santos (1979) apresenta um pequeno contributo, sem que, no entanto, tenha feito reconstituição de famílias. Apenas Amorim (1987) estuda em longa duração entre 1580 e 1819 dez paróquias do concelho de Guimarães, onde naturalmente se inscreve a área urbana.

1925), os comportamentos demográficos não podem, em momento algum, estar alheados de uma realidade espacial muito mais vasta do que a área da paróquia e que, podemos dizer, se apresenta dupla. Por um lado, a dos espaços periféricos e interiores, de onde provém parte significativa da sua população; por outro lado, o espaço citadino, para onde, temporária ou definitivamente, se desloca parte importante dessa mesma população. É neste duplo sentido de interação espacial que devemos buscar a explicação para os comportamentos demográficos encontrados.

Em toda a observação, há tendência para o crescimento dos quantitativos das variáveis microdemográficas tratadas, crescimento interrelacionado que se acentua sobremaneira na segunda metade do século XIX, tempo que consideramos de viragem estrutural na vida comunitária.

Aferimos o aumento da mobilidade, quer pelo maior número de pessoas que, vindas de fora se fixam, ainda que algumas temporariamente, à paróquia, quer também pelo aumento do número de residentes que abandonam este espaço. Conforme realçámos, lembre-se que as famílias instáveis, que representam 8,7% do universo de famílias entre 1800 e 1849, nos cinquenta anos posteriores passam a representar 20,0% desse mesmo universo. Conjugando estes valores com a crescente tendência para o aumento dos quantitativos de baptizados permite-nos compreender melhor, ainda que distantes de quaisquer cifras rigorosas, o papel que as migrações internas no sentido interior/litoral tiveram na comunidade. Os censos entre 1864 e 1930 dão-nos um aumento de 102,6% da população residente na paróquia, ou seja, o número de habitantes passou de 907 para 1838, e o número de fogos cresceu 84,4%, aos 237 de 1864 somou 200 até 1930.

Naturalmente que os números que, grosseiramente, estamos a pretender relacionar não explicam em absoluto o aumento da população residente por via das migrações internas; a explicação tem que se buscar também na mortalidade, pela progressiva quebra que a mesma vai demonstrando, particularmente na mortalidade infanto-juvenil.

Ainda durante a primeira metade do século XIX, começa a notar-se o alongamento do diferencial entre o número anual de nascimentos e o número anual de óbitos dos maiores de sete anos; assim, também se assiste a uma quebra do peso percentual dos que

morrem com menos de sete anos, em relação ao total óbitos: de 58,3% entre 1850-74 passou para 51,8% entre 1900-25. Deve ainda referir-se que os anos de sobremortalidade não se fazem notar, pese embora as datas de 1868 e 1918 registarem duplicação de óbitos relativamente aos respectivos períodos em que se inserem.

Atendendo ao significativo e ininterrupto crescimento do número de casamentos operado ainda no decorrer da primeira metade de oitocentos, à irreversível queda das idades masculina e feminina ao acto, e ainda ao facto de a grande maioria dos que se casavam serem filhos de profissionais ligados às actividades transformadoras e ao comércio (aspectos que não tratamos no âmbito deste artigo de síntese, mas presentes no estudo de conjunto já referido), temos de convir que, relativamente a trabalhos similares, a encontrarmos especificidade nos comportamentos demográficos desta paróquia, essa especificidade passa necessariamente pela nupcialidade.¹⁰

Parece plausível explicar a singularidade apontada, que por certo encontrará paralelo em espaços com idênticas características, na estrutura sócio-económica da população, maioritariamente constituída, nesta segunda metade de oitocentos, por trabalhadores não agrícolas que encontram ocupação na grande cidade ou que trabalham em função do que ela consome. Tal facto, entendemos, permitiu uma transformação estrutural dos comportamentos nupciais com naturais repercussões na estrutura da população, transformação essa que se distancia nitidamente dos padrões de nupcialidade do Antigo Regime Demográfico a que outros espaços ficaram submetidos ainda por muito tempo.

O estudo da nupcialidade explica assim, em grande medida, as alterações macrodemográficas sofridas pela comunidade em análise. Os comportamentos nupciais dão-nos aqui uma indicação clara de interferência, pelas alterações ao estado da população. Os efectivos crescem ininterruptamente e, nesse crescimento, a entrada de

10 Se compararmos as idades médias ao casamento para os mesmos períodos em Lanheses (cf. Brettell, 1991: 121); Fontelas (cf. O' Neill, 1984: 303); Alvito S. Pedro (cf. Miranda, 1993: 72) e Sul do Pico (cf. Amorim, 1992: 90-91), espaços com estruturas económicas e sociais diferenciadas, constatamos que as mesmas idades médias ao primeiro casamento em São Miguel de Barreiros são nitidamente mais baixas.

peças pelo casamento parece-nos um aspecto a realçar, nomeadamente por duas razões: 1) por acentuarem a importância geoeconómica da comunidade em relação ao epicentro portuense; 2) por deixarem transparecer um claro domínio da família nuclear, que, como se sabe, normalmente anda associada às baixas idades médias ao matrimónio.

Ora, estas constatações estão intimamente ligadas à estrutura sócio-ocupacional existente: de facto, pode haver um sistema instituído em que predomine a herança indivisa, mas nem por isso tem que haver necessariamente uma correspondência com altas idades médias ao casamento, não só porque a agricultura visa um mercado vasto, como também porque, sobretudo desde seguramente a segunda metade de oitocentos, a população está maioritariamente ocupada no sector secundário da economia e, mais do que isso, predomina a polivalência ocupacional.

Pelas razões apontadas, pensamos ser difícil admitir o enquadramento desta comunidade próxima do Porto com qualquer modelo explicativo para a nupcialidade, assim com será difícil explicar de *per si* quaisquer comportamentos demográficos, sem conhecermos nos mesmos moldes e em interacção a intensidade da relação desses comportamentos com o centro urbano. Apurar o que se disse dependerá do empenho futuro que a comunidade científica colocar nestes estudos, empenho do qual não nos queremos alhear.

Bibliografia e fontes impressas

- ALVES, Jorge Fernandes, 1986, *Uma Comunidade Rural do Vale do Ave. S. Tiago e Bougado: 1650-1849 (estudo demográfico)*. Porto: Dissertação de Mestrado em História Moderna na Faculdade de Letras do Porto (policopiada).
- ALVES, Jorge Fernandes, 1989, «Fecundidade natural no Vale do Ave. O exemplo de Bougado (1650-1849)» *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: 287-309.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1994, *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: ed. autor.
- AMORIM, M. Norberta B., 1973, *Rebordões e a sua população nos séculos XVII e XVIII (estudo demográfico)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- AMORIM, M. Norberta B., 1982, *Os homens e a morte na freguesia da Oliveira em Guimarães através os seus registos de óbitos*. Guimarães: ed. autor.
- AMORIM, M. Norberta B., 1987, *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*. Lisboa: INIC.
- AMORIM, M. Norberta B., 1991^a, «Demografia Histórica (Antigo Regime)», *Ler História*, 21: 72-78.
- AMORIM, M. Norberta B., 1991b, *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*. Braga: Universidade do Minho.
- AMORIM, M. Norberta B., 1992, *Evolução Demográfica de três paróquias do Sul do Pico. 1680-1980*. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- ARIÈS, Philippe, 1992, A contracepção, antigamente, in *Amor e Sexualidade no Ocidente*. Mem Martins: Terramar: 125-143.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1985, *Portugal: perfil geográfico e social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- AZEVEDO, P. Agostinho de, 1939, *A terra da Maia*. vol. I. Maia: C.M.M.
- BAGANHA, Maria Ioannis B., 1991, «Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre emigração», in *Análise Social*, nº 112-113: 723-739.
- BALBI, A., 1822, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*. Paris.
- BRETTELL, Caroline, B., 1991, *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CABRAL, Manuel Villaverde, 1974, *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal, Séculos XIX e XX*. Porto: Editorial Inova.
- CABRAL, Manuel Villaverde, 1979, *Portugal na Alvorada do Século XX*. Lisboa: Regra do Jogo.
- CARQUEJA, Bento, 1916, *O Povo Português. Aspectos sociais e económicos*. Porto: Livraria Chardron.
- CARQUEJA, Bento, 1931, *Indicadores económicos portugueses*. Porto: s.e.
- CHAUNU, Pierre, 1974, *Histoire: Science Social*. Paris: S.E.D.E.S.
- CONSTITUIÇÕES SYNODAES DO BISPADO DO PORTO, 1735, Coimbra: impressas no Real Collégio das Artes da Companhia de Jesus.
- COSTA, Padre António Carvalho da, 1868, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica*. Braga: D. Gouveia (2^a ed., 1^a ed. 1706-1712).
- CRUZ, António, 1970, *Geografia e Economia da Província do Minho nos Fins do Século XVIII*. Porto, Centro de Estudos Humanísticos: Universidade do Porto.
- DESCAMPS, Paul, 1935, *Portugal: La Vie Sociale Actuelle*. Paris: Firmin-Didot.

- DOMINGUES, Álvaro, 1992, «Área Metropolitana do Porto-processo de metropolitanização», *VI Colóquio Ibérico de Geografia (A Península Ibérica - um espaço em mutação)*. Porto, Instituto de Geografia: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- DUPÂQUIER, Jaques, 1979, *La population rurale du Bassin Parisien à l'époque de Louis XIV*. Paris, E.H.E.S.S.
- DUPÂQUIER, Jaques, 1984, *Pour la Démographie Historique*. Paris: PUF.
- EVANGELISTA, João, 1971, *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos.
- FERREIRA, F. A. Gonçalves, 1990, *História da saúde e dos serviços de saúde em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FLANDRIN, Jean-Louis, 1979, *Origines de la familia moderna*. Barcelona: Ed. Critica.
- FLEURY, Michel e HENRY, Louis, 1976, *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, 2ª ed. Paris: I.N.E.D.
- FLINN, Michael W., 1989, *El sistema Demográfico Europeo. 1500-1820*. Barcelona: Editorial Crítica.
- GIRÃO, Aristides, e Fernanda Velho, 1948, *Migrações Internas (1890-1940)*. *Estudos da População Portuguesa III*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos da F.L.U.C.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1975, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 2ª ed. Lisboa: Arcádia.
- HAJNAL, J. , 1965, European Marriage Patterns in perspective, in D.V. Glass and D.E.C. Eversley (eds), *Population in History*. Londres: Edward Arnold.
- HENRY, Louis, 1988, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*. Lisboa: Gradiva.
- HERCULANO, Alexandre, 1986, *Opúsculos, Tomo II. Questões públicas. Sociedade-economia-direito*. Lisboa: Bertrand Editora.
- HOLLINGSWORTH, T. H., 1983, *Demografia histórica*. México: Fondo de Cultura Económica.
- LASLETT, Peter, 1975, *O Mundo Que Nós Perdemos*. Lisboa: Edições Cosmos.
- LASLETT, Peter, 1980, «The Bastardy-Prone Sub-Society.» In Peter Laslett et al (eds), *Bastardy and its Comparative History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LASLETT, Peter, 1983, «Family and Household Group and Kin Group: Areas of Traditional Europe Compared.» in Richard Wall (ed.), *Family forms in Historic Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel, 1986, «Os caminhos da nova história», in *História e Nova História* (colectânea de textos). Lisboa: Teorema.
- LEAL, Augusto Soares Barbosa de Pinho, 1873, *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos.

- LIVI BACCI, Massimo, 1971, *A Century of Portuguese Fertility*. Princeton: Princeton University Press.
- MACHADO, J. T. Montalvão, s.d., *Como Nascem e Morrem os Portugueses*. Lisboa: s.e.
- MAIA, Rui Leandro Alves, 1996, *São Miguel de Barreiros e a sua população. 1700-1925. (Estudo Demográfico)*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- MARCILIO, Maria Luiza, s.d., *Demografia Histórica*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- 1984 *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes.
- MARTINS, J. P. de Oliveira, 1885, *Política e Economia Nacional de Portugal*. Lisboa: Magalhães & Moniz.
- MARTINS, J. P. de Oliveira, 1956, *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães & Ca. Editores (originalmente 1887- 1892).
- MIRANDA, Fernando António Martins, 1993, *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e anexa. 1567-1989*. Barcelos: Junta de Freguesia de Alvito S. Pedro.
- MONTEIRO, Abílio, 1900, *Poesias e Canções Populares do Concelho da Maia*. Porto: Livraria Portuense-Editora.
- NAZARETH, J. Manuel, 1988, *Princípios e métodos de análise em demografia portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- O'NEILL, Brian J., 1984, *proprietários, Lavradores e Jornaleiras, Portugal de Perto*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- PEREIRA, Gaspar Martins, e Jorge Fernando Alves, 1990, «Comportamentos nupciais na Terra da Maia em fins do Antigo Regime», in *Cadernos de Ciências Sociais*, 8/9. Porto: Edições Afrontamento.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1981, *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- PÉREZ MOREDA, Vicente, 1980, *Las crisis de mortalidad en la España interior. Siglos XVI-XIX*. Madrid: Siglo Veintiuno ed..
- PERY, Gerarde, 1875, *Geographia e estatística geral de Portugal e colonias*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PICÃO, José Silva, 1947, *Através dos Campos: Usos e Costumes Agrícolas Alentejanos*. Lisboa: Neogravura Limitada.
- PRESSAT, Roland, 1985, *Introducción a la Demografía*. Barcelona: Ariel.
- RIBEIRO, Orlando, 1987a, *Entre-Douro-e-Minho*. Porto: Universidade do Porto.
- RIBEIRO, Orlando, 1987b, *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico*, 5ª ed.. Lisboa: Sá da Costa Editora.

- ROWLAND, Robert, 1984, «Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada», *Ler História*, 3: 13-32.
- ROWLAND, Robert, 1989, «Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX)», David Reher (ed), *Demografía histórica em Espanha*. Madrid: 72-137.
- SANTOS, Cândido dos, 1979, *A população do Porto de 1700 a 1820*. Porto: Universidade do Porto.
- SERRÃO, Joel, 1982, *A Emigração Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SERRÃO, José Vicente, 1993a, O quadro humano, in *História de Portugal*, vol. IV. Lisboa: Circulo dos Leitores.
- SERRÃO, José Vicente, 1993b, O quadro económico, in *História de Portugal*, vol IV. Lisboa: Circulo dos Leitores.
- SILVA, L. A. Rebello da, 1868, *Memória Sobre a População e a Agricultura de Portugal*. Lisboa: s.e.
- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da, 1983, «Contrastes e mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas», in *Studium General*, nº5. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, pp. 9-117.
- TAPINOS, Georges, 1991, *Éléments de démographie*. Paris: Armand Colin.
- TELES, Basílio, 1903, *A Carestia da Vida nos Campos*. Porto: Livraria Chardron.
- WRIGLEY, Anthony, 1982, «The Prospects for Population History.» In Theodore Rabb and Robert Rotberg (eds.), *The New History*. Princeton: Princeton University Press.

Estatísticas portuguesas

Todos os Recenseamentos Gerais da População, publicados pelo I.N.E. de 1864 a 1991.